

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.071.004 - SP
(2017/0059076-5)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : GILBERTO FERNANDES DA ROCHA
AGRAVANTE : GISLENE FERNANDES DA ROCHA
AGRAVANTE : GILSON FERNANDES DA ROCHA
AGRAVANTE : JESSE FERNANDES DOS SANTOS
AGRAVANTE : GILMARA FERNANDES DA ROCHA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : RITA DE CASSIA CONTE QUARTIERI E OUTRO(S) -
SP092839

DECISÃO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. SUSPENSÃO DE EXPEDIENTE FORENSE. COMPROVAÇÃO POR DOCUMENTO IDÔNEO. ART. 954 DO CC, AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. DISPOSITIVO LEGAL QUE NÃO CONTEM COMANDO CAPAZ DE SUSTENTAR A TESE RECURSAL E INFIRMAR O JUÍZO FORMULADO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. DÁ-SE PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO DOS PARTICULARES PARA NÃO CONHECER DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

1. Trata-se de Agravo Interno interposto contra a decisão que negou seguimento ao Agravo em Recurso Especial, em razão da intempestividade.

2. Pugnam, as partes agravantes, pela reconsideração da decisão ora atacada ou a apresentação do feito à Turma Julgadora para que seja provido o Recurso Especial.

3. É o relatório.

4. Merecem acolhimento as alegações das partes agravantes, sendo impositiva a reconsideração do decisório agravado.

5. Isto porque, por se tratar de recurso interposto ainda na vigência do CPC/1973, a Corte Especial, no julgamento do AgRg no AREsp. 137.141/SE, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15.10.2012, firmou

entendimento neste Tribunal Superior de que é possível comprovar a tempestividade do Recurso Especial, em sede de Agravo Regimental, quando a prorrogação do termo final para sua interposição decorra de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem.

6. *In casu*, consoante certificado às fls. 736, a intimação pessoal do Defensoria pública ocorreu no dia 2.12.2011, os prazos processuais no âmbito do TJSP foram suspensos pelo período de 20.12.2011 a 6.1.2012, em virtude de recesso forense, tendo sido interposto o Recurso Especial no dia 9.1.2012, ou seja, dentro do prazo previsto no art. 508 do CPC/1973.

7. Assim, passo a análise do Agravo em Recurso Especial interposto.

8. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundando na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, interposto contra acórdão do TJSP assim ementado:

Responsabilidade Civil do Estado - ato omissivo dos agentes estatais detento pai dos autores portador de diabetes, hipertensão e anasarca. O laudo pericial confirmou e reconheceu a insuficiência de tratamento ao paciente, o que foi causa de sua morte. Indiscutível o direito de indenização aos filhos, em razão da falta de tratamento médico para a enfermidade da qual era portador, "diabetes mellitus".

A omissão do Estado implica no dever de indenização, de acordo com o que dispõe o art. 37, §6º da Constituição Federal.

Danos morais moderados, procedentes em parte para dois filhos. Demais filhos sem qualquer vínculo com a vítima não podem se locupletar com indenização.

Afeto, sofrimento e dor não evidenciados. Lucros cessantes indevidos, pois não foram demonstrados. Correta a sucumbência fixada na sentença.

Recursos não providos.

9. Em seu Apelo Especial, sustentam afronta ao art.

954 do CC, ao argumento de que houve violação *da liberdade pessoal do falecido, pai dos autores, de rigor que se imponha a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de compensação por danos morais a todos os filhos do falecido* (fls. 762).

10. Na hipótese dos autos, o art. 954 do CC não foi debatido pelo Tribunal de origem, tampouco foram opostos Embargos de Declaração. Carece, portanto de prequestionamento, requisito indispensável ao acesso às instâncias excepcionais. Aplicável, assim, a Súmulas 282/STF.

11. Ademais, verifica-se que o artigo 954 do CC não contém comando normativo capaz de infirmar o fundamento do acórdão atacado, porquanto não induz ao direito pleiteado, o que atrai a aplicação, por analogia, da Súmula 284 do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

12. Diante do exposto, dá-se provimento ao Agravo Interno dos Particulares para não conhecer do Agravo em Recurso Especial.

13. Publique-se.

14. Intimações necessárias.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR